



Educação Unisinos

E-ISSN: 2177-6210

revistaeduc@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

de Souza Barbosa Suassuna, Daniella; dos Santos Machado, Charliton José
Anotações sobre o pensamento educacional de Manoel Bomfim a partir da obra América
Latina: males de origem (1905)
Educação Unisinos, vol. 13, núm. 2, mayo-agosto, 2009, pp. 147-151
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=449644449007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Anotações sobre o pensamento educacional de Manoel Bomfim a partir da obra *América Latina: males de origem* (1905)

Explanation of the educational thought of Manoel Bomfim from the work *América Latina: males de origem* (1905)

Daniella de Souza Barbosa Suassuna
daniellaferm@hotmail.com
Charlilton José dos Santos Machado
charliltonlara@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo focaliza o pensamento educacional de Manoel Bomfim a partir da apreciação de sua clássica obra *América Latina: males de origem* (1993 [1905]), e do levantamento sobre suas contribuições para o pensamento social brasileiro. O autor foi considerado um intelectual dissidente, devido ao seu contradiscurso que recusa o racismo científico como explicação para o atraso econômico, social, político e moral existente no início do século XX, nas repúblicas latino-americanas. Manoel Bomfim, à luz de sua teoria do parasitismo social, reescreve o debate sobre o atraso latino-americano em outro campo, o da análise histórica da colonização ibérica, considerando a defesa da educação como meio para a emancipação dos povos e para a construção de uma sociedade mais democrática.

Palavras-chave: educação brasileira, Manoel Bomfim, pensamento social.

Abstract: This article evaluates the ideas of Manoel Bomfim on education, from the analysis of his classical work *América Latina: males de origem* (1993 [1905]), and highlights his contributions to Brazilian social thought. Considered as an intellectual dissident, Bomfim strongly rejected racism as a scientific explanation for economic, social, political and moral backwardness in Latin American republics, in the beginning of the 20th century. Manoel Bomfim, in the light of his theory of social parasitism, redirects the debate on Latin American backwardness to the field of historical analysis of Iberian colonization, proposing the development of education as the way for the emancipation of peoples and for the construction of a more democratic society.

Key words: Brazilian education, Manoel Bomfim, social thought.

Introdução

Este artigo foi redigido com base no debate em torno de Manoel Bomfim e de sua obra *América Latina: males de origem* (1993 [1905]), problematizada em reuniões do Grupo História, Sociedade e Educação na Pa-

raíba (HISTEDBR-GT/PB). O grupo busca entender a educação do Brasil a partir da contestação das correntes e contribuições dos pensadores brasileiros ao longo dos séculos XIX e XX. Fundamentados por essas discussões, no interior do HISTEDBR-GT/PB, sobre o pensamento educacional bra-

sileiro e, em especial, sobre Manoel Bomfim e sua produção acadêmica, verificamos que a bibliografia a respeito desse pensador era insuficiente, e que suas obras não eram reeditadas há mais de seis décadas. Sua importância intelectual foi sistematicamente relegada ou, pior, esquecida.

Médico, psicólogo, sociólogo, político, jornalista, escritor e historiador, o sergipano Manoel Bomfim foi atacado e difamado, no início da República Velha, por grandes pensadores como seu conterrâneo Sílvio Romero. Em meio aos defensores das teorias raciológicas que explicavam o atraso do Brasil com base em supostas astúcias como o clima tropical, a mistura de raças, a origem lusitana, a tradição católica, a pobreza, a ignorância e a juventude de nosso povo – Manoel Bomfim emerge como um intelectual inovador e dissidente, imbuído de uma cultura humanística, sempre disposto a questionar a natureza classista do governo instaurado no Brasil, após a Proclamação da República, distante dos cânones políticos e ideológicos presentes no pensamento republicano brasileiro em anos antecedentes.

Logo, em nosso trabalho, propomo-nos a pensar e a buscar respostas para os seguintes questionamentos: (i) como pôde Manoel Bomfim construir suas ideias e reflexões, tão opostas e díspares do pensamento dominante do seu tempo?; (ii) quais as razões e os motivos que o relegaram ao limbo do pensamento social e do debate educacional brasileiros por mais de sessenta anos?; (iii) quem foi, então, Manoel Bomfim?

Apresentando Manoel Bomfim em seu contexto histórico: um homem que pensou além do seu tempo

Manoel José do Bomfim (1868-1932), sergipano, filho de Maria Joaquina e Paulino José, é um dos mais importantes pensadores sociais do

Brasil. Fez seus estudos primários e secundários em Aracaju/SE e iniciou seu curso de Medicina, na Bahia, em 1886 (Fávero e Britto, 2002).

Por influência do jornalista Alcindo Guanabara – de quem viria a se tornar amigo e companheiro de trabalho – concluiu o curso no Rio de Janeiro, em 1890, apresentando o trabalho *Das Nephrytes* (Sobre a nefrite).

Como médico recém-formado, Manoel Bomfim tornou-se funcionário da Secretaria de Polícia do Distrito Federal, em 1891. Logo depois de se casar com Natividade de Oliveira e travar embates antimilitaristas, defendendo a República, abandonou o Rio de Janeiro com receio de represálias por sua posição política e foi clinicar na cidade de Mococa (SP). Com a morte de sua filha Maria – o casal já tinha Aníbal como primogênito – o autor rompe, definitivamente, seus laços com a Medicina. Nessa época, cessado o perigo de uma prisão, retorna ao Rio de Janeiro para dedicar-se à educação. Passa a ocupar-se dos estudos de psicologia e de pedagogia e se torna, em 1896, professor do Instituto de Educação do Distrito Federal.

Em 1901, Manoel Bomfim viaja à capital francesa para estudar psicologia e pedagogia na prestigiada Universidade de Paris. Dois anos depois, provocado por um jornal francês a analisar os problemas gerais da América Latina, começa a produzir os contornos definitivos do texto de *América Latina: males de origem*. Retornando ao Rio de Janeiro, foi nomeado diretor do *Pedagogium*², cargo que ocupou por 19 anos, bem como da Instrução Pública do Distrito Federal. Defendeu a tese de que competia aos professores moldar a

educação da infância e da juventude, viabilizando, assim, a construção da república brasileira (Bomfim, 1993 [1905]).

Outra faceta de trajetória pessoal ocorreu no campo político. Foi eleito deputado estadual por seu estado natal, no pleito de 1907. Essa nova função, aliada aos seus trabalhos como pedagogo, sociólogo e jornalista, indicava o seu esforço em materializar um projeto de vida que julgava ser imprescindível ao esforço nacional para a superação do atraso social, econômico, político e moral: a difusão da instrução básica, popular e plena.

Esse esforço, por vezes hercúleo, transparecia em sua tenacidade, ao levar adiante seu projeto. Ao descobrir, em 1926, estar acometido de câncer de próstata, submeteu-se a catorze cirurgias, em apenas cinco anos, para erradicar a doença. Dedicou-se, até as vésperas de sua morte, em 22 de abril de 1932, a escrever os cinco títulos definitivos que complementaram sua visão sociológica da História do Brasil, iniciada com *América Latina: males de origem*, publicada em 1905, pela Francisco Alves (Aguar, 2000).

Todavia, essas mesmas obras têm aparecido pouco em teses e ensaios sobre o Brasil, o que só ratifica a condição de intelectual esquecido de Bomfim.

O processo de exclusão do pensamento de Bomfim do meio acadêmico nacional revela-nos uma importante constatação: a de que sua obra e a de outros dissidentes revelam um pensamento original, não articulado às ideias dominantes na época. Sua interpretação do Brasil apoia-se na análise histórica da colonização,

² O *Pedagogium* foi um estabelecimento de ensino profissional fundado na cidade do Rio de Janeiro por meio do Decreto nº 667 de 16 de agosto de 1890, cuja principal função era a de ser um museu pedagógico propulsor das reformas e dos melhoramentos de que carecia a instrução nacional. Dava ênfase ao ensino nas escolas normais, agindo como um centro brasileiro de controle e coordenação das atividades pedagógicas no país. Contudo, foi perdendo paulatinamente seu caráter de nacionalidade, e sua extinção ocorreu no ano de 1919.

da exploração e da espoliação das riquezas do país, pelas nações ibéricas. Analisa as consequências desses fatos sobre as condições socioculturais do povo brasileiro; além disso defende a expansão da educação pública, popular e massiva como meio para a emancipação dos povos latino-americanos e para construção de uma sociedade republicana mais justa, livre e democrática.

Felizmente, seu trabalho foi redescoberto em pleno século XXI, especialmente a partir da reedição de suas mais importantes obras sobre o Brasil e pela publicação de sua biografia sociológica, de autoria de Ronaldo Conde Aguiar, intitulada *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim* (Aguiar, 2000).

Para Costa (2005), essa mudança na hierarquia de relevância de intérpretes do Brasil, que, como Bomfim, passam do ostracismo dos sebos às estantes das bibliotecas e livrarias, deve-se à compreensão de sua importante contribuição para o pensamento social nacional, uma vez que muitos deles formaram uma representação do Brasil “[...] menos forçosamente hegemônica, algo que se contrapõe à unilateralidade teórica que caracterizaria ou que definiria a *intelligentsia* brasileira no início do século XX” (Costa, 2005, p. 173).

Assim, podemos afirmar que a síntese intelectual inovadora de Bomfim, perpassada por sua experiência pessoal, diversificadas leituras e permanente reflexão crítica, permitiu-lhe construir um contradiscurso à alocação ideológica do seu tempo, que se utilizava do discurso racionalista para explicar os “males de origem” das nações latino-americanas. Este raciocínio, como sua teoria do parasitismo social, apontava como causa efetiva do atraso, a exploração destas nações pelos países ibéricos, o que incluía o caso da metrópole portuguesa frente à colônia brasileira (Aguiar, 2000).

Manoel Bomfim e suas reflexões acerca dos “males de origens” brasileiros: a teoria do parasitismo social

Com a derrocada da ordem imperial, centralizada, escravocrata e ruralista, e a consequente proclamação da República, em 1889, o Brasil entrava num novo processo histórico, propondo transformações dos valores nacionais. Essa preocupação partia, sobretudo, da crítica dos republicanos liberais, que preconizavam a construção de uma nação moderna e urbana, voltada para o desenvolvimento e o progresso (Machado e Nunes, 2007).

Entretanto, o cenário de parca industrialização, de domínio das oligarquias rurais, de altos índices de analfabetismo, de resquícios de escravidão, de mão de obra desqualificada e de dependência do capital estrangeiro caracterizava não só a situação do Brasil no início da República, mas também de toda a América Latina. Essa dissonância entre o ideário republicano e o interesse concreto das classes dirigentes foi palco para as reflexões de Bomfim sobre os “males de origem” e para a elaboração de sua teoria sociológica (Alves Filho, 2008).

Segundo Aguiar (2000), Manoel Bomfim, médico de formação e cientista político por vocação, elaborou sua interpretação do atraso brasileiro e latino-americano a partir da aplicação de conceitos biológicos (parasitismo) aos fenômenos sociais (atraso). Formulou a teoria do parasitismo social para caracterizar as relações históricas entre as metrópoles europeias e suas colônias latino-americanas, no passado, e entre as classes dominantes e as classes dominadas nas ex-colônias ibéricas, no presente. Assim, divulgou-se seu pressuposto de investigação

sociológica cuja ideia geral era de que a herança histórica transmitida pelo parasitismo das metrópoles era a causa dos “males de origem” dos povos latino-americanos.

Apesar das críticas e desacordos a respeito de sua teoria – de “preconceito de ordem científica” a “tosca metáfora organicista” (Cândido, 1990, p. 5) – essa teorização permitiu ao estudioso, pesquisador e pensador desenhar um mapa explicativo sobre as relações desiguais entre países centrais e periféricos. O fato é que nenhum outro pensador da época colocou, no centro dos debates sobre a formação brasileira e a identidade nacional, as relações entre nações hegemônicas (europeias) e as nações dependentes (latino-americanas) negando a questão étnica como causa dos “males de origem”, ideia importada da Europa para homologar a condição latino-americana de “[...] gente selvagem e inferior, todos inatamente incapazes de autogovernar-se e autodefinir-se como povos soberanos” (Aguiar, 2000, p. 305).

Com a teoria do parasitismo social, a questão da superioridade e da inferioridade racial era negada por Bomfim, servindo, assim, para demonstrar que as teorias deterministas de cunho racial, presentes no debate do nacionalismo brasileiro desde o século XIX, convinhavam para justificar a dominação econômica, política, social e moral das classes dirigentes em torno das massas populares, já que a própria lógica do imperialismo se encontrava presente no “[...] eterno conflito dos oprimidos e espoliados com a exploração dominante – dos parasitados e parasitas” (Bomfim, 1993 [1905], p. 231).

Para Cândido (1990), Manoel Bomfim era um radical permanente. Embora houvesse uma ênfase, em sua teoria do parasitismo social, à distinção entre o biológico e o social, acaba por acentuar uma possível identidade entre os dois níveis de

abordagem, já que se utilizou da biologia como uma ferramenta de explicação da vida social. Essa clivagem evitou que ele imergisse no pessimismo (caráter irreversível da dominação) ou, pior ainda, no determinismo das teorias racionalistas sobre a formação da identidade nacional brasileira (Aguiar, 2000).

Em *América Latina: males de origem*, ao mesmo tempo em que Bomfim (1993 [1905]) apontava a causa (“diagnóstico”) dos males de origem latino-americanos (“doença”), indicava sua saída histórica (“remédio”) por meio da instrução básica, popular e plena a ser promovida pelos governos republicanos das nações.

Manoel Bomfim e a Educação: caminho para vencer o atraso econômico brasileiro

Segundo o contradiscurso do autor, os povos latino-americanos eram vítimas da sua formação colonial. O atraso, a miséria e a deseducação constituíam, em última análise, os traços mais visíveis desse processo histórico, cujo rompimento exigia um esforço educacional massivo. Por isso, defendia a educação primária e pública como saída para os “males de origem” que afligiam o Brasil e os demais países da América Latina (Aguiar, 2000).

Logo, o atraso social dos países latino-americanos, se comparado ao progresso das nações modernas, resumia-se na perpetuação da ignorância popular, na falta de preparo de seu povo para o progresso e para o exercício democrático, não por uma questão étnica, mas pela herança parasitária do modelo de exploração colonial ibérica. Todavia, para Bomfim (1993 [1905]), o passado não se constituía em razão para a inércia geral que vinha obstaculizando o progresso dos países latino-

americanos após sua libertação das amarras imperialistas europeias. Ele conclamava o povo a refletir sobre “[...] a necessidade imprescritível de atender-se à instrução popular, se a América Latina se quer salvar. [...] Aí está o remédio contra nosso atraso, contra a miséria geral” (Bomfim, 1993 [1905], p. 329).

O papel de fornecer instrução à massa proletária cabia aos governos latino-americanos, incluindo o Brasil, que deveriam

[...] em nome de um regime democrático e livre [...] fazer desaparecer dentre os indivíduos essa causa de desigualdade, essa causa de inferioridade intelectual e econômica e de incapacidade política – qual seja o “não saber ler nem escrever”? (Bomfim, 1993 [1905], p. 337).

Porém, segundo nosso escritor dissidente, a não efetivação desse ideal devia-se ao fracasso em que se desfaziam todos os programas políticos educacionais gerados a partir da Proclamação da República, visto que a ação política das classes dirigentes de então não correspondiam aos ideais positivistas de ordem e progresso, tão em voga no pensamento social brasileiro e, muito menos, defendiam ser a educação o principal dever de uma república democrática e livre.

Mas, em sua lucidez, o educador sergipano não queria “atribuir à educação intelectual nenhuma virtude miraculosa, senão a importância que ela teve e tem na história da civilização” (Bomfim, 1993 [1905], p. 333).

Manoel Bomfim também admitia ser inexequível as classes populares, por si mesmas, produzirem um esforço intenso e ordenado para instruir-se e reerguer-se. Tampouco possuía a ilusão de que as classes dominantes mudariam sua visão de exploração e de enriquecimento pessoal em nome do seu dever

cívico e moral de cumprir os ideais republicanos.

Fica, então, evidente que a proposta bomfimniana trazia em si mesma a causa de um empecilho teórico, visto que fazer a propagação da instrução popular, pública e plena em uma sociedade de classes rigidamente excludente, como a que prevalecia na República Velha, era genuinamente uma utopia. Contudo, Bomfim reveria este impasse teórico a partir do livro *O Brasil Nação* (Bomfim, 1996 [1931]). Neste, havia a proposição de uma revolução nacionalista popular como o primeiro movimento do processo de libertação do proletariado brasileiro de sua classe burguesa exploradora. Seu parecer revolucionário incluía “[...] a distribuição de terra, legislação trabalhista e previdenciária, educação das massas populares, reforma urbana e política de habitação, além da extinção das forças militares” (Aguiar, 2000, p. 512-513).

Por este programa revolucionário, que ainda abarcava a multiplicação da produção de alimentos e o direito à greve, sem dúvida, Manoel Bomfim e sua obra foram silenciados por longo tempo.

Contribuição atual do pensamento de Manoel Bomfim para a educação brasileira

Segundo Aguilar (2000), o legado de Bomfim pode ser abreviado em um conjunto de questões que permearam e deram coerência ao seu pensamento sobre o Brasil: (i) a natureza classista, exploradora e antipopular do Estado republicano brasileiro; (ii) a negação do racismo científico e do arianismo dominantes no pensamento intelectual nacional, no início do século XX; (iii) o parasitismo social como explicação para o fenômeno do atraso latino-americano; (iv) a educação pública, popular e massiva como

redenção nacional para esse mesmo “mal de origem”; (v) a adoção do antimilitarismo como postura política de defesa dos ideais libertários da República; (vi) a democracia, a liberdade e a cidadania como valores universais do homem; (vii) a busca pela identidade nacional; (viii) o nacionalismo radical como caminho para organização do Estado; e (ix) a revolução nacional e popular indispensável para a mudança nas relações (desiguais) de classes.

Contudo, suas ideias pouco ecoaram no seu tempo. Poucos pensadores educacionais do início da República brasileira tentaram produzir um pensamento que rompesse com a visão racionalista vigente em busca de uma nova perspectiva social de análise crítica relativa à natureza do atraso nacional.

No entanto, a atualidade do contradiscurso de Bomfim faz-se presente, após mais de um século de sua

elaboração, uma vez que a defesa da expansão da rede de ensino público de qualidade, do direito das pessoas à cidadania, da soberania nacional, da derubada de preconceitos étnicos, enfim, da defesa de um ideário de luta por transformações sociais que coloquem o homem, o trabalho e a dignidade do cidadão como o centro da vida, ainda são bandeiras de luta que perpassam toda a sociedade brasileira.

Referências

- AGUIAR, R.C. 2000. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro, Topbooks, 565 p.
- ALVES FILHO, A. 2008. *Manoel Bomfim: combate ao racismo, educação popular e democracia radical*. São Paulo, Expressão Popular, 88 p.
- BOMFIM, M. 1993 [1905]. *A América Latina: males de origem*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Topbooks, 358 p.
- BOMFIM, M. 1996 [1931]. *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Topbooks, 630 p.

- CÂNDIDO, A. 1990. Radicalismos. *Estudos Avançados*, 8(4):4-18.
- COSTA, J.C.C. 2005. O problema nacional, globalização e o pensamento social no Brasil: notas sobre as implicações do “nacional” em Manoel Bomfim. *Política e Trabalho*, 22:165-184.
- CRUZ, D.S. 2003. O projeto educacional de Manoel Bomfim. In: A.C. SCOCUGLIA; PINHEIRO, A.C.F. (org.), *Educação e história no Brasil contemporâneo*. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, p. 169-180.
- FÁVERO, M.L.A.; BRITTO, J.M. (orgs.). 2002. *Dicionário de Educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Editora UFRJ e MEC/INEP/COMPED, 1008 p.
- MACHADO, C.J.S.; NUNES, M.L.S. 2007. Educação, identidade e formação da nacionalidade brasileira: a atualidade crítica de Manoel Bomfim. *HISTEBR Online*, 28:57-69.

Submetido em: 04/10/2008

Aceito em: 09/12/2009

Daniella de Souza Barbosa Suassuna
Universidade Federal da Paraíba
Rua Zeferino Vieira da Silva, 14,
Bancários
58051-555, João Pessoa, PB, Brasil

Charlton José dos Santos Machado
Universidade Federal da Paraíba
Centro de Educação - Campus I,
Depto. de Metodologia da Educação
BR 230 - Km 22, Cidade Universitária,
Caixa Postal 318
58051-970, João Pessoa, PB, Brasil